



VIOÊNCIA

Erotização de menor põe influenciador na cadeia

Hytalo e marido são presos preventivamente em São Paulo. De acordo com as investigações, eles se preparavam para fugir do Brasil

» CAETANO YAMAMOTO*
» IAGO MAC CORD*

Divulgação/DEIC-SP

O influenciador Hytalo Santos e seu marido, Israel Nata Vicente — conhecido nas redes sociais como Euro —, foram presos preventivamente ontem, em Carapicuíba, na região metropolitana de São Paulo. Os investigadores tinham indicações de que estavam se preparando para fugir do Brasil para não responderem pelos crimes nos quais podem estar envolvidos. Hytalo estava sendo investigado pelo Ministério Público da Paraíba (MP-PB) desde o fim de 2023, por meio de ações das promotorias de Cajazeiras (sua terra natal), Bayeux e João Pessoa, e é suspeito de crimes como tráfico humano e exploração sexual infantil. Os dois passam hoje pela audiência de custódia que pode confirmar a necessidade de continuarem presos.

A operação foi conduzida pelos policiais da 3ª Delegacia de Investigações sobre Estelionato e Crimes Contra a Fé Pública (DIG), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), depois de decisão judicial expedida pela 2ª Vara da Comarca de Bayeux (PB). O mandado aponta que há “fortes indícios de autoria e materialidade dos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho infantil artístico irregular e constrangimento de crianças e adolescentes”.

A suspeita de exploração de menores foi à tona depois de denúncia do youtuber Felipe Bressanin Pereira, conhecido como Felca. Ele postou um vídeo, em que mostra a adultização de menores em perfis de influenciadores nas redes sociais — entre eles Hytalo. A publicação tem quase 36 milhões de visualizações seis dias após ter sido postada e tornou-se viral. Isso chamou a atenção de políticos e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pretende colocar em votação, na próxima semana, o Projeto de Lei 2.628/22, que trata do tema e já tem relatório apresentado na Comissão de Comunicação da Casa.

“É um caso que teve repercussão nacional pela forma como as redes sociais, hoje, conduzem a questão do menor, do adolescente, dos pais que não têm a preocupação que deveriam ter com as crianças. O acesso à pedofilia não está mais na deepweb, mas escancarada em redes sociais normais. Eles sabiam que estavam sendo investigados. Eles não iam trazer menores e dar a cara para bater”, destacou o delegado Ronaldo Tossunian, que participou da operação que prendeu Hytalo e o marido.

“A suspeita é de que eles



Hytalo e Israel assim que foram presos. Carro do casal, que não resistiu à prisão, estava sendo monitorado. Eles estavam com oito celulares



A suspeita é de que eles estavam, sim, tentando se evadir e de que já sabiam que seria expedido o mandado de prisão

Fernando David, delegado que participou da operação que prendeu Hytalo e Israel

estavam, sim, tentando se evadir e de que já sabiam que seria expedido o mandado de prisão”, explicou o delegado Fernando David, que também participou da operação.

Segundo o policial, quando os agentes chegaram à casa onde Hytalo e Israel estavam, os suspeitos permaneceram em silêncio e não resistiram à prisão. Para detê-los, o serviço de inteligência da polícia monitorou o veículo usado pelo casal — um Land Rover — que ficou estacionado na frente da mansão em Carapicuíba. Oito celulares foram apreendidos, quatro com Hytalo e quatro com Israel.

Reprodução/X pessoal



Vídeo de Felca trouxe à tona casos de adultização, como os de Hytalo

Penas dos crimes

Tipificada no Código Penal, a pena para tráfico humano é de reclusão de quatro a oito anos, aumentada de um terço até a metade se for cometido contra criança ou adolescente, podendo chegar a 12 anos de prisão. Já segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a pena a quem “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente” é de reclusão de 4 a 8 anos.

Suspensão de perfis

No início da semana, o juiz Antônio Rudimacy Firmino de Sousa, da 2ª Vara da Comarca de Bayeux, havia determinado a suspensão dos perfis do influenciador nas redes sociais, com a interrupção da monetização, e a proibição de que ele mantivesse contato com os menores de idade. Alguns dos crimes imputados contra Hytalo são: tráfico de pessoas; exploração de menores; trabalho infantil irregular; produção de vídeos com divulgação em redes sociais constrangendo crianças e adolescentes; entre outros. Além disso, ele já respondia por outras acusações,

como denúncias de ex-funcionários por assédio moral e sexual e condições laborais degradantes, além da sexualização de adolescentes em seu grupo de dança.

Na decisão, o juiz diz não haver dúvida da reiterada prática de tráfico de pessoas pelos acusados. Com base nas investigações, determinou a prisão preventiva (sem prazo determinado), em vez da temporária. Aponta, ainda, que “há fortes indícios de autoria e materialidade” dos crimes. Ainda conforme o magistrado, o influenciador e o marido “têm adotado condutas reiteradas para dificultar o esclarecimento da verdade, valendo-se de práticas ilícitas como a tentativa de destruição de documentos e aparelhos eletrônicos, esvaziando às pressas residência, ocultando valores e veículos utilizados”.

A presidente da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiza Simonetti, disse que acompanhava a “evolução” do influenciador há alguns anos e aquilo que, inicialmente, parecia inapropriado para a idade. “Pode ter muitas outras práticas muito mais graves e até ilegais”, frisou.

Segundo Luiza, tem sido comum ver pais de crianças e adolescentes autorizarem a participação dos filhos em vídeos, viagens, permanência em festas inapropriadas para a idade, tudo facilitado por favorecimento financeiro aos envolvidos nos vídeos. “Nesse ponto em específico, faz-se necessária a urgente criação de leis que regulamentem a prática do trabalho artístico de crianças e adolescentes, evitando também a má administração dos recursos financeiros provenientes desse trabalho para que não seja dilapidado pelos responsáveis legais”, explicou.

O procurador do Trabalho André Canuto, vice-coordenador nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância), do Ministério Público do Trabalho (MPT), acrescenta que “nem sempre” o ambiente digital permite que a exploração de crianças e adolescentes seja vista. Porém, em muitos casos a situação é amplamente conhecida.

“O ambiente digital é um desses novos ambientes onde há exploração de crianças e adolescentes, e que termina por causar-lhes prejuízos diversos: à saúde física e mental, à socialização, à frequência escolar. Ou seja, ao próprio desenvolvimento saudável que se tem direito ao longo da infância e adolescência”, destaca.

*Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi

FRAUDE FISCAL

Empresários vão para casa após pagarem R\$ 25 milhões

A Justiça de São Paulo concedeu, ontem, a prisão domiciliar para os empresários Sidney Oliveira, dono da rede Ultrafarma, e Mário Otávio Gomes, diretor estatutário da Fast Shop, depois de ambos pagarem R\$ 25 milhões em fiança e passarem a usar tornozeleira eletrônica. Na decisão, o juiz Paulo Fernando Deroma de Mello manteve a prisão temporária do auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, apontado

como receptor de quase R\$ 1 bilhão em propinas para a concessão de créditos tributários, por mais cinco dias.

O juiz acolheu o parecer do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que considerou que a prisão domiciliar de Sidney e Gomes não oferece “risco para as investigações”. Mas, pontuou que, “este magistrado entende ser prematura a concessão da liberdade provisória aos

investigados Aparecido Sidney e Mário Otávio”.

O magistrado destacou que o caso é de “extrema gravidade”, sob o entendimento de que “a única explicação plausível para pedido de concessão de liberdade é um eventual acordo de delação premiada em curso”. Em relação ao auditor fiscal, Dero- ma de Mello entendeu que deveria se manter a prisão temporária para “assegurar a colheita de provas essenciais para a investigação, evitando-se eventual interferência nas apurações, como o constrangimento de testemunhas ou ocultação e manipulação de eventuais provas”.

Varredura

A Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento de São Paulo criou, ontem, um grupo de trabalho para fazer uma revisão de todos os processos, protocolos e normatização relacionados ao ressarcimento do ICMS retido por substituição tributária — núcleo vital do esquema de corrupção atribuído ao auditor fiscal. Artur Gomes usava como “laranja” a própria mãe, uma idosa de 73 anos, professora aposentada da rede pública, para ocultar dinheiro de origem ilícita, segundo a investigação.

A meta da varredura é vasculhar caso a caso para identificar o

alcance da teia montada pelo fiscal para supostamente receber mais propinas de outras empresas. Por conta disso, o diretor-geral executivo da Administração Tributária, André Weiss, escalou oito auditores para rastrear o recebimento de valores relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A equipe terá seis meses, prorrogáveis, para cumprir a missão “em caráter prioritário”.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) falou, ontem, pela primeira vez sobre o caso e garantiu que os envolvidos serão punidos “rigorosamente”. Depois de evento em Sorocaba (SP), disse que, ao assumir o governo, encontrou um

estado “ainda muito analógico” e “carente de digitalização”.

Sobre os envolvidos no esquema, Tarcísio disse que não existia um órgão central de RH nem uma Controladoria-Geral. E que sua gestão está promovendo mudanças com investimentos em tecnologia.

“Essa fraude específica começou em 2021, mas há casos desde 2015. Agora, é redesenhar processos, investir em tecnologia, punir rigorosamente os envolvidos — na esfera administrativa, civil e penal — e ir atrás dos bens de quem le- sou o estado. Eles vão sentir a mão pesada... Vagabundo tem que ser tratado com rigor, e é isso que vai acontecer”, garantiu.